

Empossados novos conselheiros da ANFIP para o biênio 2022-2023

A sessão oficial de posse dos novos Conselhos Executivo e Fiscal da ANFIP, eleitos para o biênio 2022-2023, foi realizada na terça-feira (14/12), de forma híbrida, com transmissão pelo YouTube. O Auditor Fiscal Vilson Antonio Romero assume a presidência da Entidade, no lugar de Décio Bruno Lopes.

O CE conta ainda com mais 15 Auditores Fiscais, que irão exercer as vice-presidências da Entidade, além dos suplentes que representam as regiões do país.

Compuseram a mesa da cerimônia o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes; o coordenador do Conselho de Representantes, Genésio Denardi; o vice-coordenador da Mesa do Conselho de Representantes, Carlos José de Castro; e a presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo.

Décio Lopes, que deixa a presidência da Entidade, falou sobre os desafios enfrentados durante a pandemia e agradeceu a colaboração dos componentes dos Conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal, e dos membros da Fundação ANFIP. Em seguida, abordou suas expectativas para o futuro da Associação. “Desejo de coração que todos aqueles que estão tomando posse exerçam, efetivamente, as suas atividades estatutárias e regimentais porque, assim, poderemos ter uma entidade maior do que estamos deixando hoje”.



Ao se pronunciar, Vilson Romero, presidente eleito, agradeceu a oportunidade de liderar a Entidade junto ao novo CE e falou sobre o cenário político do país. “Sabemos que vamos enfrentar um primeiro ano muito difícil, com uma prenunciável radicalização dos discursos e posições político-partidárias e eleitorais, com foco nas urnas em outubro de 2022. A ANFIP se manterá equidistante destes posicionamentos, com postura suprapartidária, sem descuidar da defesa de medidas que busquem a justiça fiscal, a qualidade no serviço público, a consolidação do Estado Democrático de Direito; e que combatam o desemprego, a insegurança alimentar, enfim, a desigualdade social que aflige parcela muito expressiva de nossa sociedade, agravada pela maior crise sanitária de todos os tempos. A par disto, não descuidaremos da casa ANFIP, buscando uma gestão austera, como deve ser nos tempos atuais de crise e contingenciamento”, afirmou.

Dentre os compromissos firmados pelo presidente eleito, está a atuação efetiva dos novos conselheiros em todos os colegiados em que os Auditores Fiscais têm pautas de interesse, bem como a operação junto às autoridades dos três Poderes, na defesa de melhores condições de trabalho, da recuperação do poder aquisitivo e do sucesso e eficácia na resolução das demandas judiciais dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Por fim, Vilson Romero também falou sobre o desejo de integrar cada vez mais a ANFIP à sua base associativa e sobre a importância da modernidade e tecnologia para este fim.

Após a leitura dos nomes dos eleitos por Carlos José de Castro, os novos conselheiros foram declarados empossados pelo coordenador do Conselho de Representantes, Genésio Denardi.

Veja a transmissão completa [AQUI](#). Confira [AQUI](#) a composição dos conselhos.

ANFIP se reúne com o novo secretário da RFB

PÁGINA 2

Associação é recebida pelo presidente do INSS

PÁGINA 3

Campanha Carência Zero vai até 31/12. Faça sua adesão!

PÁGINA 7

Conselho de Representantes conclui análise de pauta deliberativa



O Conselho de Representantes da ANFIP voltou a se reunir, na terça-feira (14/12), para dar continuidade à análise da pauta da reunião ocorrida no dia 2 de dezembro. Mais uma vez, os dirigentes participaram de forma híbrida (presencial e virtual) e os trabalhos foram conduzidos pelo coordenador do CR, Genésio Denardi.

Em cumprimento às normas estatutárias, a abertura oficial foi realizada pelo presidente do Conselho Executivo, Décio Bruno Lopes, que lembrou a todos que esta seria sua última participação ainda nesta gestão, que se encerra em 31 de dezembro. “Esse é um momento de agradecimento. Agradeço a todos vocês do Conselho de Representantes pelo apoio nesses dois anos de gestão. Deixamos uma entidade melhor, tenho

certeza disso, e isso só foi possível porque vocês estiveram conosco o tempo todo. Nesse período de pandemia, mesmo estando isolados, conseguimos nos aproximar dos associados, de forma on-line. Nosso objetivo era visitar todas as Regionais, mas, devido à situação, não foi possível. O que eu tenho a dizer é gratidão e missão cumprida!”, afirmou o presidente.

Genésio Denardi aproveitou a ocasião para agradecer e parabenizar a gestão de Décio Lopes. Ele também anunciou a nova composição da Mesa do CR, a partir de 1º de janeiro, quando haverá mudança devido à eleição de novos presidentes das Regionais e em razão de alguns dirigentes assumirem cargos nos Conselhos Executivo e Fiscal da ANFIP.

Portanto, a composição da Mesa do CR passa a ser da seguinte forma:

Coordenador - Carlos José de Castro

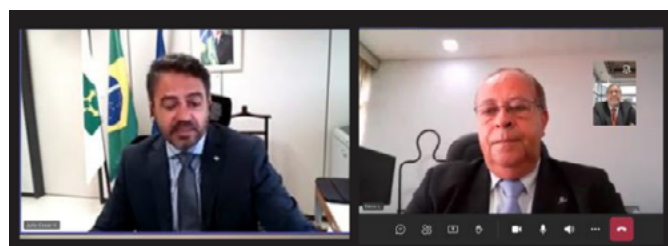
Vice-coordenadora - Maria dos Remédios Bandeira

Secretário-adjunto - Isabel Nascimento Elias Pereira

A vaga de secretário(a) será preenchida na primeira reunião do Conselho de Representantes, em fevereiro.

Em seguida, foi realizada a deliberação de atas das reuniões conjuntas dos CR e CE, ocorridas em 2021; apresentação e votação do Parecer da Comissão de Finanças do CR, referente ao orçamento do exercício de 2022; e demais assuntos da competência do CR.

ANFIP se reúne com o novo secretário da Receita Federal do Brasil



Em reunião virtual realizada na quarta-feira (15/12), o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, que assume a presidência da Entidade a partir de 1º de janeiro de 2022, apresentaram ao recém nomeado secretário da Receita Federal do Brasil, Julio Cesar Vieira Gomes, algumas demandas da categoria.

Além da principal reivindicação, que é a recomposição da remuneração dos Auditores Fiscais, foram apresentadas outras pautas, como a necessidade urgente de realização de concurso público e a importância do aumento do contingente destinado à auditoria e à fiscalização das Entidades Fechadas

de Previdência Complementar e dos Regimes Próprios e Geral de Previdência Social.

Da mesma forma, foram abordadas as preocupações com a segurança nas áreas de fronteira, com as condições sanitárias para o retorno presencial gradativo, com a necessidade de treinamento do ContÁgil e EFD, a implantação do DTE (Domicílio Tributário Eletrônico), a avaliação dos desvios de função, entre outros assuntos. Foi também lembrado o Acordo de Cooperação da RFB com a Fundação ANFIP para otimizar a oferta de cursos para licença capacitação.

O presidente da ANFIP ressaltou a importância de a Receita desenvolver outras medidas visando a valorização dos integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira e ao fortalecimento institucional do órgão responsável pela administração tributária federal.

O secretário aproveitou a oportunidade com os dirigentes para falar sobre a nova visão da Receita Federal e da importância de aproximar o órgão da sociedade.

Na ocasião, os representantes da ANFIP reforçaram os desejos de sucesso na gestão.

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arnaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

DETALHES E OUTRAS INFORMAÇÕES: WWW.ANFIP.ORG.BR

ANFIP é recebida pelo presidente do INSS

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e os vice-presidentes Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social) e Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais) reuniram-se na quarta-feira (15/12) com o presidente do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), José Carlos Oliveira, em Brasília.

Entre os assuntos abordados, Décio Lopes externou a preocupação da ANFIP com a migração do gerenciamento do Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex), do Ministério da Economia para o Instituto. “O INSS, hoje, não tem capacidade operacional. Não por falta de habilidade dos servidores, que são altamente capacitados, mas pelo número reduzido de pessoal. Atualmente, o INSS não dá conta do Regime Geral de Previdência Social. Se os Regimes Próprios forem trazidos da forma que o órgão está, teremos mais pessoas sem atendimento”, alertou o presidente.

José Oliveira firmou o compromisso de que o processo será realizado com tranquilidade de acordo com a capacidade do INSS de centralizar os entes. “Vamos fazer de forma paulatina e com responsabilidade, pode ter certeza. Nós entendemos que,



para que o RPPS vá bem aqui, precisamos sanear o RGPS. À medida que fizermos, vamos negociando órgão a órgão como cada um poderá colaborar. Cada ente tem suas peculiaridades, então é preciso ter pessoas para prestar apoio técnico e operacional”, disse.

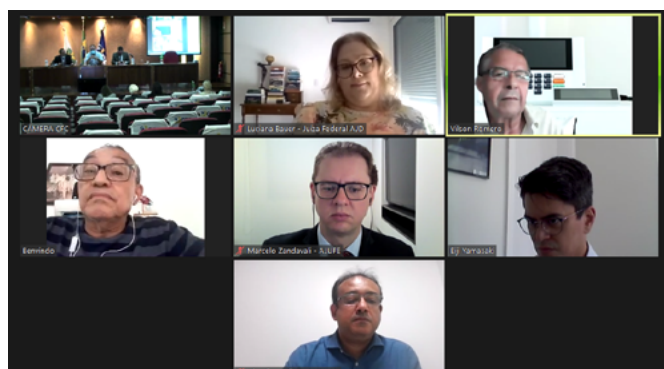
Na ocasião, também foi realizada a entrega de publicações recentes da ANFIP e da Fundação ANFIP e o reforço da parceria para o trabalho conjunto em torno de temas de interesse.

MCCE debate pautas relacionadas à segurança eleitoral

Na quarta-feira (15/12), o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, representou a ANFIP na 11ª reunião ordinária do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). O encontro se deu nos formatos virtual e presencial e contou com a presença de entidades parceiras, líderes sindicais e movimentos sociais que compõem a rede de atuação do Movimento.

Durante o evento, os participantes debateram pautas de influência direta no sistema político e eleitoral brasileiro, incluindo a tramitação do PNR 04/2021, que cria novas regras para execução de emendas do relator do Orçamento, atualizações sobre o fundo eleitoral e a elaboração de cartilhas informativas para as Eleições de 2022.

De acordo com Vilson Romero, é necessário investir em trabalhos educativos sobre a importância do voto, a fim de estimular a participação popular nas decisões congressuais.



“Diante da polarização que estamos enfrentando, temos que orientar o nosso eleitor, sem tomar posição partidária. Existe uma série de nuances que devemos esclarecer aos cidadãos. É um desafio que faz parte do nosso ideário”, concluiu.

Frente Servir Brasil promove Encontro do Serviço Público

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, na terça-feira (14/12), marcaram presença no Encontro do Serviço Público, promovido, em Brasília, pela Frente Servir Brasil.

O evento reuniu parlamentares da Mesa Diretora e do Conselho Curador da Servir, além de membros e representantes das entidades parceiras, que, ao lado da ANFIP, trabalharam paulatinamente na defesa dos servidores públicos, sobretudo no período de pandemia.

Além de proporcionar um momento de confraternização, o encontro reforçou a necessidade de luta e união entre as categorias, enfatizada no discurso feito pelo presidente da Frente, deputado federal Israel Batista (PV/DF). “Forças contrárias tentam há anos destruir o serviço e o servidor público, mas cabe a nós não descansar e defender o que é de todos os brasileiros. A luta continua!”, entouu.



Em 2022, a ANFIP segue parceira da Frente Servir Brasil e das demais entidades de classe, em continuidade à atuação em prol da valorização do serviço público brasileiro e da preservação do Estado Democrático de Direito.

Frente do Serviço Público realiza última reunião do ano



As entidades que integram a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público reuniram-se, na segunda-feira (13/12), para avaliar o trabalho realizado ao longo de 2021 e para estabelecer os próximos passos de atuação em defesa dos servidores. Participaram da reunião, representando a ANFIP, o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Na pauta, foi destacada a PEC 32/20, da Reforma Administrativa, da qual os representantes comemoram a vitória conquistada até o momento, já que a matéria não foi pautada para apreciação no Plenário da Câmara dos Deputados e só deve ser explorada novamente em 2022. Sobre o tema, José

Arinaldo registrou o orgulho pelo trabalho conjunto realizado pelas entidades que compõem a Frente: “Um trabalho como esse não poderíamos fazer sozinhos, é uma vitória completa de todos nós. Vocês podem contar com a ANFIP sempre que precisarem”.

Na ocasião, o consultor político Vladimir Nepomuceno fez um alerta aos presentes sobre os riscos de a matéria ser votada no período pós-eleitoral. “A legislatura termina em janeiro de 2023, ainda haverá alguns meses de mandato e, inclusive, nesse período é votado o orçamento do ano seguinte. A votação será realizada pelos deputados que estão lá hoje e, se eles não forem reeleitos, poderão usar seu voto como moeda de barganha para garantir cargos no governo ou conseguir verbas para sua região; precisamos continuar atentos”, completou.

Nepomuceno também abordou a importância da participação de representantes de servidores nas eleições de 2022 pois, segundo ele, o Congresso está cada vez mais conservador contra os servidores, e independentemente de quem seja presidente do país, a deliberação das matérias é realizada pelo Congresso Nacional. Portanto, além das mobilizações de servidores e entidades é necessário que haja representantes dentro do Parlamento.

O grupo falou ainda sobre a PEC 23/21, dos Precatórios, e sobre o Projeto de Lei 442/1991, que regulamenta os jogos de azar. Para Vilson Romero, por mais que haja muito dinheiro envolvido, a legalização dos jogos não vale a pena. “A legalização incentiva a lavagem de dinheiro, a prostituição, o tráfico de drogas e a ludopatia, que têm impactos muito fortes na desestruturação da sociedade. E ainda há um grande agravante, pois não melhora o mercado de trabalho. A ANFIP continua se manifestando contra a regulamentação, pois é preocupante”, disse.

Fórum pela Redução da Desigualdade lança nova edição da Revista Justiça Social



Na terça-feira (14/12), o assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, participou da última reunião do ano promovida pelo Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. O encontro foi coordenado pelo ex-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Wellington Leonardo da Silva, e contou com a presença de diversos representantes de classe e dos movimentos sociais, além da participação da associada Rita Felicetti.

Na oportunidade, após a leitura e aprovação das atas, foi apresentada a 3ª edição da Revista Justiça Social (acesse [AQUI](#)), que conta com a adesão e o apoio de mais 30 entidades nacionais e locais, entre elas a ANFIP. O objetivo da publicação é apresentar perspectivas de diferentes especialistas sobre as principais questões relacionadas à desigualdade social no país, incluindo, nesta edição, o artigo “A imprensa livre e democrática como instrumento da redução da desigualdade social”, de autoria de Vilson Romero.

O grupo aproveitou ainda para debater novas estratégias de atuação para 2022, com objetivo de uma maior aproximação com a sociedade civil e aumentar a efetividade nas campanhas de conscientização sobre a crise social agravada pela pandemia. Como contribuição, Romero sugeriu dar mais visibilidade às ações do Fórum, sobretudo através das redes sociais, para destacar a atuação da Entidade no combate à corrupção e à desigualdade social no Brasil.

Fonacate lança 5 novos Cadernos da Reforma Administrativa

O Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual a ANFIP é integrante, lançou na quarta-feira (15/12), em parceria com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), as edições 27, 28, 29, 30 e 31 dos Cadernos da Reforma Administrativa. As novas publicações tratam sobre o tema "Financeirização e a Privatização das Finanças Públicas no Brasil".

Clique abaixo e confira os cadernos:

Caderno 27 - [Pandemia, Resposta Emergencial e os Riscos da Austeridade Fiscal no Brasil](#)

Caderno 28 - [Austeridade Fiscal e Captura do](#)

[Orçamento Público no Brasil](#)

Caderno 29 - [O Subfinanciamento do Estado Brasileiro e os Processos de Privatização e Financeirização dos Serviços Públicos](#)

Caderno 30 - [Democracia Vilipendiada, Privatização e Desmonte de Políticas Públicas sob o Governo Bolsonaro](#)

Caderno 31 - [A Base Financeira da Retomada do Desenvolvimento](#)

Os demais estudos publicados estão disponíveis para download no site do Fonacate ([AQUI](#)). Confira a live de lançamento completa no [Youtube](#).

Congresso promulga PEC dos Precatórios

O Congresso Nacional promulgou na quinta-feira (16/12) a Emenda Constitucional (EC) 114/21, proveniente da PEC 46/21, que foi votada na quarta-feira (15/12), em dois turnos, na Câmara dos Deputados. O texto contém trechos não promulgados da versão do Senado para a PEC dos Precatórios (PEC 23/21), como os limites de pagamento dessas dívidas e a aplicação dos recursos economizados em 2022, exclusivamente

em seguridade social, e em programas de transferência de renda.

Além disso, parte da PEC dos Precatórios foi promulgada no dia 8 de dezembro, EC nº 113/21, abrindo espaço fiscal no Orçamento da União do próximo ano para custear o programa de transferência de renda Auxílio Brasil. O programa social deve pagar um benefício mensal de R\$ 400 a quase 20 milhões de famílias, além de despesas de saúde e previdência.

Câmara aprova urgência para tramitação de projeto de jogos de azar

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira (16/12), com 293 votos favoráveis, 138 contrários e 11 abstenções, o requerimento de urgência ao PL 442/1991. O projeto, de autoria do então deputado Renato Vianna (PMDB/SC), trata da legalização de jogos de azar no Brasil.

Segundo o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP/AL), o projeto teve sua discussão iniciada durante a sessão, mas a votação ocorrerá apenas no próximo ano legislativo. Poderão ser apresentadas emendas de Plenário e destaques de bancada até o anúncio formal do encerramento dos debates, previsto para fevereiro do ano que vem.

A ANFIP reforça seu posicionamento contra o projeto. Os efeitos deletérios resultantes da jogatina superam qualquer possível ganho econômico advindo da prática, que além de estimular atividades ilícitas como corrupção, prostituição, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, pode causar sérios danos à saúde, desencadeando doenças como a ludopatia – transtorno compulsivo patológico reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), causado pelo vício em jogos. As desvantagens se agravam, ainda, pela impossibilidade de controle e fiscalização efetivos das atividades, devido à grande extensão do território nacional e ao déficit de servidores públicos na carreira.

Tax Justice Network divulga podcast com histórias de Auditores Fiscais

O podcast “É da sua conta”, produção mensal em português da Tax Justice Network, chega ao seu episódio #32 trazendo histórias de quem está na linha de frente para garantir um sistema tributário com justiça fiscal, os “Auditores Fiscais: heróis invisíveis”.

De acordo com a plataforma, profissionais aposentados do fisco narram situações de trabalho nas quais arriscam a própria vida e especialistas falam sobre a importância de fortalecer a administração tributária em tempos de austeridade fiscal.

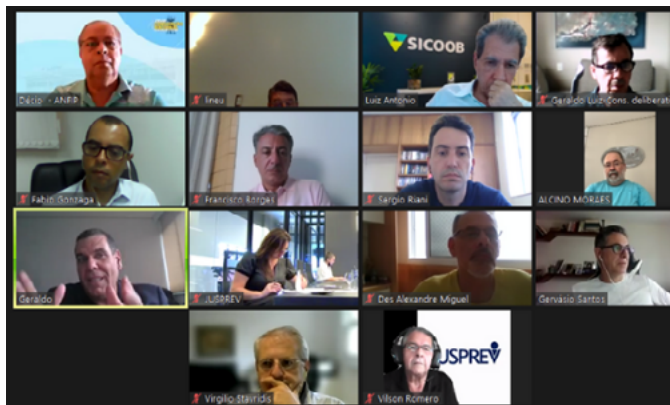
Neste episódio, Gilvan David, que iniciou sua trajetória de Auditor Fiscal em Goiás nos anos 1960, conta sua história, que envolve ameaças, oferta de propinas e até o assassinato de um colega. Clair Hickman, Auditora da Receita Federal, narra como agiu, nos anos 1990, na busca de sonegadores no Brasil. Confira ainda na edição #32 comentários sobre os

riscos da PEC 32/20, que propõe uma reforma administrativa que precariza os serviços públicos; sobre como valorizar o trabalho e a carreira dos Auditores e Auditoras Fiscais; e sobre os ataques às administrações tributárias.

Além do episódio deste mês, o “É da sua conta” tem uma playlist de podcasts com vários temas tributários, entre eles abuso fiscal, Pandora Papers, privilégio tributário, imposto de renda e desigualdade social. Confira [AQUI](#) a playlist completa.

A Tax Justice Network é uma coalização de pesquisadores e ativistas com uma preocupação comum sobre evasão, competição e paraísos fiscais. Representantes dessa rede de justiça fiscal participaram das duas edições do Fórum Internacional Tributário (FIT), promovidas pela ANFIP e Fenafisco, em 2018 e 2021, respectivamente.

Jusprev apresenta planejamento para 2022



A Jusprev reuniu, na sexta-feira (17/12), os representantes dos órgãos colegiados da entidade com o objetivo de discutir uma extensa pauta sobre assuntos de interesse da Instituição e seus participantes e assistidos. Participaram pela ANFIP o

presidente Décio Bruno Lopes, que também preside o Colégio de Instituidoras, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antônio Romero, membro do Conselho Deliberativo.

No encontro foi apresentado o planejamento para 2022, com a análise e aprovação das Políticas de Investimentos, e a exposição do orçamento anual. Entre as perspectivas para o próximo ano, a Jusprev já iniciou estudos para avaliar a possibilidade de diminuição da taxa administrativa.

Foi abordada ainda a prestação de contas do trabalho realizado pela entidade em 2021, com a exposição do Relatório de Atividades relativo ao 2º semestre; do Relatório de Políticas de Investimentos, referente ao 3º semestre; e da rentabilidade acumulada no período.

Também foi aprovada, pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva, a atualização da política contábil, em atendimento à Instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) n.º 31/2020.

Estaduais

Agafisp confraterniza com sócios da região de Passo Fundo



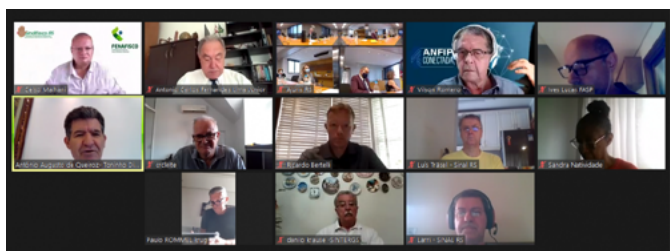
Agradável encontro organizado pela conselheira Dilma Oliveira da Silva reuniu diretores e conselheiros da Agafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, e associados da região de Passo Fundo.

Com a presença de diversos colegas e do presidente Luiz Carlos Silva, dos coordenadores do Conselho Deliberativo, Dulce Lima, e do Conselho Fiscal, Felício Brum, além de outros diretores, o jantar ocorreu na noite do dia 10 de dezembro, na Pizzaria Don Gentil, no bairro Boqueirão.

No evento, houve sorteios de brindes, inclusive de diárias para o apartamento de Gramado, cujo premiado foi o colega Luiz Ubirajara Mezzomo.

Fonte: Agafisp

Em reunião da Frente RS, analista afirma que Reforma Administrativa está descartada



Na segunda-feira (13/12), o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, representou a ANFIP em mais uma reunião da Frente Gaúcha em Defesa do Serviço Público. O evento contou com a participação especial do analista político e diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto Queiroz (Toninho), que apresentou a atual conjuntura sociopolítica e trouxe as perspectivas para os servidores públicos a partir do próximo ano.

De acordo com Antônio Queiroz, até o final de 2021 está

prevista a votação de duas relevantes matérias na Câmara dos Deputados: PL 4728/2020 (novo Refis e Passaporte Tributário) e PLN 19/2021 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 – PLOA). Ele afirmou que, com a aproximação da disputa presidencial, o governo vem intensificando a busca por fontes de financiamento para estratégias “eleitoreiras”; debatendo, inclusive, a legalização dos jogos de azar (confira o posicionamento da ANFIP [AQUI](#)).

Sobre a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), o analista afirmou que a maioria dos parlamentares está convencida de que a matéria não contribui para a modernização do funcionalismo público, tão pouco para a otimização de recursos para o Estado. “É uma proposta que desorganiza a administração pública e disfarça agressões aos direitos dos servidores. Para mim, a Reforma Administrativa está totalmente descartada”, frisou, após expor falhas na redação da Proposta. Apesar das conquistas, o grupo concordou que as mobilizações não podem parar.

Benefícios

Plano de Saúde: Sem meias verdades, temos o melhor preço sim!

Associado, quer economizar de verdade e ter a tranquilidade de ter um plano de saúde com cobertura nacional? A ANFIP te garante isso, sem falsas comparações!

E mais, **temos o melhor preço e podemos provar!**

Está disponível aos associados e novos associados o **Contrato 8444**, do plano de saúde Unimed Vitória, que, para desespero da concorrência, possui os **menores preços que você vai encontrar**.

Confira abaixo! Viu como não dá para comparar? Seu novo plano de saúde está aqui!

Solicite a sua adesão e aproveite, ainda, a carência zero* até 31 de dezembro de 2021. **Entre em contato pelo 3004-9196.**

A ANFIP TE RESPEITA!

Nesses mais de 70 anos, a ANFIP tem sua trajetória baseada no compromisso, ética e respeito aos seus associados!

Os canais de comunicação estão sempre abertos e quaisquer dúvidas podem ser esclarecidas diretamente com a ANFIP.

*Exceto Parto (300 dias) e CPT – Cobertura Parcial Temporária (720 dias).

PLANO COLETIVO ADESÃO		
8444 - PREMIUM NACIONAL		
FAIXA ETÁRIA	ENFERMARIA Nº 466.263/12-6	APARTAMENTO Nº 466.267/12-9
00 a 18	R\$ 195,81	R\$ 235,89
19 a 23	R\$ 211,13	R\$ 254,10
24 a 28	R\$ 228,00	R\$ 274,43
29 a 33	R\$ 262,93	R\$ 312,56
34 a 38	R\$ 283,95	R\$ 337,58
39 a 43	R\$ 301,15	R\$ 361,66
44 a 48	R\$ 479,84	R\$ 578,09
49 a 53	R\$ 500,47	R\$ 602,95
54 a 58	R\$ 521,05	R\$ 627,78
Acima 59	R\$ 1.085,13	R\$ 1.242,42

Aproveite as vantagens da Black Forte e CP Longo Promocional da Cooperforte

A Cooperforte, parceira da ANFIP, desenvolve produtos atrativos, transparentes e justos para possibilitar aos associados o controle de suas vidas financeiras. São oferecidas opções de [empréstimos](#) e de [aplicações financeiras \(investimentos\)](#) que se ajustam às necessidades dos cooperados, nas condições mais atrativas do mercado.

Para os associados habilitados ao crédito e que não têm dívida registrada na Cooperativa em 30 de novembro de 2021, está disponível a contratação do CP Longo Promocional (prazo de 37 a 72 meses), com taxa de 1,75% + TR ao mês. E quem contratar este produto promocional **até 30 de dezembro de 2021**, ainda será contemplado na [Black Forte 2021](#), com cashback (dinheiro de volta) no valor equivalente a 50% da 6ª parcela do empréstimo que vier a ser paga, mediante crédito em sua conta corrente cadastrada junto à Cooperforte.

Acesse o **APP COOPERFORTE** ou o site

autoatendimento.cf.coop.br e contrate sua operação de CP Longo Promocional e participe da **Black Forte 2021!**

Se você ainda não é o associado Cooperforte, garanta sua participação nas ações promocionais através do APP da Cooperativa. É rápido e seguro! O crédito contratado, até as 17h, tem o valor disponibilizado em sua conta corrente no mesmo dia!

Como associado da Cooperforte, além de ter acesso aos produtos de crédito e de investimentos, você participa da distribuição anual de [Sobras \(resultado financeiro líquido\)](#), na proporção dos negócios realizados no exercício.

Compartilhe essa novidade com seus amigos e familiares! Quem já é associado, ao indicar colegas de trabalho, amigos e familiares para se associar ganha, no Programa Roda de Amigos, 1.500 pontos Livelo, por associação efetivada, e mais 1.500 pontos se o novo associado realizar a primeira operação em até 180 dias, a contar da data do ingresso.